



Número: **0800743-68.2019.8.15.0211**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Itaporanga**

Última distribuição : **13/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FABIO HERMANO DA SILVA FILHO (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21126007	13/05/2019 15:36	Petição Inicial	Petição Inicial
21126011	13/05/2019 15:36	Petição Inicial	Outros Documentos
21126012	13/05/2019 15:36	Quesitos - Perícia	Outros Documentos
21126014	13/05/2019 15:36	Procuração	Procuração
21126015	13/05/2019 15:36	Declaração de Hipossuficiência	Outros Documentos
21126016	13/05/2019 15:36	RG - CPF	Documento de Identificação
21126018	13/05/2019 15:36	Comprovante de Residência	Outros Documentos
21126022	13/05/2019 15:36	Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
21126023	13/05/2019 15:36	Pagamento de Indenização	Documento de Comprovação
21126024	13/05/2019 15:36	Boletim de Atendimento Médico	Documento de Comprovação
21650175	03/06/2019 19:21	Despacho	Despacho
22734308	16/07/2019 09:50	Despacho	Despacho
23303033	07/08/2019 14:03	Petição	Petição
23303036	07/08/2019 14:03	Petição	Outros Documentos
23303046	07/08/2019 14:03	GuiaCustas - FABIO HERMANO DA SILVA FILHO	Outros Documentos
25844621	01/11/2019 23:08	Despacho	Despacho
29091252	13/03/2020 12:57	Despacho	Despacho

Petição e Documentos em anexo.





AO JUÍZO DE DIREITO DA ____ VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

FABIO HERMANO DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, estudante, portador da cédula de identidade nº4073139, SSDS/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 702.987.604-01, residente e domiciliado na Rua São Paulo, s/n, Centro, Diamante/PB, CEP: 58.994-000, por seu procurador *infra-assinado*, conforme Instrumento de Mandato anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **com base na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, nos termos dos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil**, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos de fato e direito a seguir aduzidos:

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





I – DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, ressalta-se que a parte Autora, temporariamente, não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil, por ser pobre da forma da Lei, conforme Declaração e CTPS em anexo.

Assim, desde já REQUER a Vossa Excelência, a compreensão da situação, para que conceda os benefícios da Justiça Gratuita à parte Autora, uma vez que, neste momento, não dispõe de recursos financeiros suficientes para o pagamento de custas e despesas com o processo, além de honorários advocatícios, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PEDIDO

A parte Autora fora vítima em **acidente de trânsito** causado por veículo automotor em **10/07/2017**, consoante **Boletim de Ocorrência** em anexo, estando o automóvel garantido pelo Seguro Obrigatório DPVAT.

Em consequência do citado evento danoso, a parte Autora sofreu diversas lesões e traumas, conforme demonstrado no **Boletim de Atendimento Hospitalar**, a ensejar o pagamento da indenização instituído pela Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, que trata do Seguro Obrigatório DPVAT.

Desta forma, a parte Autora formulou perante a Seguradora Ré, pedido de indenização por invalidez permanente, a qual se refere o Seguro Obrigatório DPVAT, **mas, no entanto, teve seu pedido negado, em desconformidade com a citada Lei, como restará comprovado durante a instrução processual através da Prova Pericial**, desde já requerida.

Como é sabido, o DPVAT é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres criado pela Lei nº 6.194/74, com o fim de amparar as vítimas de acidente de trânsito em todo território nacional, e prevê indenizações em caso de morte, invalidez permanente, total ou parcial, além de despesas de assistência médica e suplementares, cujo valor máximo da indenização prevista no art. 3, inciso II, da Lei nº 6.194/74, está fixado em **até R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

No caso, a parte Autora visa obter do Poder Judiciário a condenação do Réu ao pagamento de indenização correspondente ao Seguro Obrigatório DPVAT que lhe foi negado administrativamente, fora dos parâmetros consignados na Lei nº 6.194/74.

Sendo certo, que a indenização ora pleiteada deverá ser paga com base no valor vigente a época da ocorrência, **bastando para tanto à simples**

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





demonstração do acidente (Boletim de Ocorrência expedido pela Autoridade Policial) e do respectivo dano (Lesões/Traumas – Boletim de Atendimento Hospitalar), como preceitua o art. 5º, parágrafo 1º da Lei 6.194/74.

Noutro giro, quanto à **correção monetária é devida desde a data do evento danoso**, como já assentou o **Superior Tribunal de Justiça**, enquanto que os **juros moratórios** são devidos desde a data da CITAÇÃO do Réu, nos termos da **Súmula nº 426, do Superior Tribunal de Justiça**.

III – DA IMPOSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso, está previsto na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores diferentes lesões e graus de invalidez permanente, classifica em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, assim como inseriu tabela para disciplinar os percentuais das perdas à cobertura securitária, de acordo com a respectiva repercussão da lesão.

Deste modo, faz-se necessária a produção de prova pericial para aferição da **LESÃO** sofrida pela parte Autora e da respectiva **REPERCUSSÃO (GRAU)**, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009.

Diante disso, nas ações dessa natureza a prática tem demonstrado que a designação de audiência preliminar de conciliação objetivando a realização de composição entre as partes tem sido infrutíferas devido à necessidade de produção de prova pericial. E, por essa razão a Seguradora Ré tem se limitado a conciliações em MUTIRÕES realizados em parcerias com os Tribunais de Justiça em todo País, inclusive por esse Egrégio Tribunal, **motivo pelo qual a designação de audiência com essa finalidade restará sem êxito**.

Assim sendo, a parte Autora informa a Vossa Excelência o seu **desinteresse na autocomposição, nos termos do art. 334, § 4º, I e § 5º do CPC**.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência:

a) Sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita a parte Autora, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal c/c o artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil;

b) Seja determinada a citação do Réu, pelo Correio, nos termos do art. 247 do CPC, para, querendo, conteste a presente ação, sob pena de confissão e revelia, a teor do art. 344 do Código de Processo Civil;

c) Ao final, seja julgada **PROCEDENTE** a ação, para condenar o Réu ao pagamento da indenização devida pelo Seguro Obrigatório DPVAT, apurado através

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





da Perícia Judicial (art. 324, § 1º, II, CPC), acrescido de correção monetária desde a ocorrência do evento danoso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, tudo com arrimo na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores e súmula 426 STJ;

d) Requer, ainda, seja o Réu condenado ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, de modo a assegurar a dignidade do profissional, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil.

V – DAS PROVAS (PROVA PERICIAL)

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, a documental, testemunhal e, especialmente **realização de perícia médica para verificação das lesões/traumas sofridos pela parte Autoria e a respectiva repercussão (grau), em decorrência do referido acidente de trânsito, na forma do art. 3º, II, § 1º, I, da Lei nº 6.194/74**, o que desde já fica requerido, devendo os **QUESITOS** em anexo serem respondidos pelo perito nomeado por esse Juízo, sob pena de nulidade, **nos termos do artigo 369 do Código de Processo Civil.**

VI – DO VALOR DA CAUSA

Atribui-se a causa, o valor de R\$9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

NESTES TERMOS,

Itaporanga/PB, 26 de Março de 2019.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO
OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





QUESITOS – PERÍCIA

PARTE AUTORA: FABIO HERMANO DA SILVA FILHO

Queira o Sr. Perito esclarecer, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009, os seguintes QUESITOS:

1 – Em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve Lesões no Membro Inferior Esquerdo?

2 – Em caso positivo, a Lesão ou as Lesões são Temporárias ou Permanentes?

3 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?

4 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?

5 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?

6 – Independente do quesito exposto no item “1”, em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve algum outro tipo Lesão?

7 – Em caso positivo, qual tipo de Lesão ocorreu?

8 – Em caso de ter havido Lesão, ela é temporária ou permanente?

9 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?

10 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?

11 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: FÁBIO HERMANO DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Cédula de Identidade nº 4.073.139, SSDS/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 702.987.604-01, residente e domiciliado na Rua São Paulo, s/n, Centro, Diamante/PB, CEP: 58.994-000, através do presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui como seu procurador o advogado.

OUTORGADO: HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 25.252, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.542.024-56 com endereço profissional à Praça 15 de Novembro, nº 124, Centro, Triunfo – PE, CEP: 56.870-000 - PABX: (87) 3846.1036.

PODERES: a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula “ad judicium et extra”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-las nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao Advogado acima qualificado, os poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos, receber, dar quitações, levantar e receber alvará, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

Itaporanga/PB, 22 / Fevereiro / 2019.

Fábio Hermano da Silva Filho

OUTORGANTE

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com



DECLARAÇÃO

Eu, **FÁBIO HERMANO DA SILVA FILHO**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Cédula de Identidade nº 4.073.139, SSDS/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 702.987.604-01, residente e domiciliado na Rua São Paulo, s/n, Centro, Diamante/PB, CEP: 58.994-000, **DECLARO** que nesse momento não posso arcar com as custas e despesas desse processo, bem como honorários advocatícios sem sacrifício próprio e de minha família, responsabilizando-me integralmente pelo conteúdo da presente declaração, para finalidade do disposto no Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil e do Art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.

Itaporanga/PB, 22 / Fevereiro / 2019.

X Fábio Hermano da Silva Filho
Declarante



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.073.139 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/07/2012

NOME FÁBIO HERMANO DA SILVA FILHO

FILIAÇÃO FÁBIO HERMANO DA SILVA
VILÂNIA MARIA BARBOSA FRANCO DA SILVA

NATURALIDADE PATOS-PB DATA DE NASCIMENTO 14/05/1996

DOC. ORIGEM NASC. N. 7361 FLS. 208 LIV. A 10
CARTÓRIO DIAMANTE-PB

CNPJ 702.987.604-01

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 702.987.604-01

Nome FÁBIO HERMANO DA SILVA FILHO

Nascimento 14/05/1996

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICAÇÃO

D-PARTAMENTO D' IDENTIFICAÇÃO

P-900

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

F. B. B. HERMANO DA SILVA
RUA S. PAULC S/N - CENTRO
DIAMANTE / PB CEP: 58894000 (AG: 154)

Emissão: 18/08/2017 Referência: Ago / 2017
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230, Km25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP: 58071-690
Roteiro: 8 - 155 - 310 - 3380 Nº medidor: 00009478976

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ: 08.095.193/0001-40 Insc. Est: 16.015.828-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.607.207
Cód. para Déb. Automático: 00012641536

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Ago / 2017	16/08/2017	15/09/2017	92990592415

UC (Unidade Consumidora): 5/1264153-6

Canal de contato

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
14/07/17	5312	18/08/17	5418	1	104	33
Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa c/ Tributos Totais (R\$)	Valor Base Calc. (R\$)	Alíq. ICMS (R\$)	ICMS (R\$)
0601	Consumo em kWh	104,000	0,843780	86,95	68,95	27
0601	Adic. B. Amarela			1,56	1,56	27
0601	Adic. B. Vermelha			2,26	2,26	27
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0607	CONTRIBUIÇÃO ILUM.PUBLICA			8,37	0,00	0
0804	JUROS DE MORA 07/2017			0,25	0,00	0
0805	MULTA 07/2017			2,48	0,00	0

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 81,87 70,77 19,10 70,77 0,88 3,16

Média últimos meses (kWh) 105

VENCIMENTO 23/08/2017 **TOTAL A PAGAR** R\$ 81,87

Histórico de Consumo (kWh)

181 | 89 | 80 | 124 | 53 | 112 | 93 | 97 | 103 | 102 | 127 | 88
Jul/17 Jun/17 Mai/17 Abr/17 Mar/17 Fev/17 Jan/17 Dez/16 Nov/16 Out/16 Set/16 Ago/16

RESERVADO AO FISCO

ca3b.6cad.2391.2788.abea.1755.1322.eeb4.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL 6,27	3,85	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL 12,54		
DIC ANUAL 25,08		
FIC MENSAL 3,42	2,00	CONTRATADA 202
FIC TRIMESTRAL 6,85		
FIC ANUAL 13,70		
DMIC 3,71	3,57	LIMITE SUPERIOR 231
DICRI 12,22		

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	17,21	21,02
Cobrança de Energia	23,23	28,37
Serviço de Transmissão	1,18	1,44
Encargos Setoriais	8,21	10,03
Impostos Diretos e Encargos	34,04	41,59
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	81,87	100,00

Valor do EUSD (Ref. 6/2017) R\$ 20,64

ATENÇÃO

Faturas em atraso





BOLETIM DE Ocorrência POLICIAL Nº 659 / 2017.

Natureza da Ocorrência: Acidente de Trânsito

Data do Fato: 10 / Julho / 2017. • **HORAS** - 16:00h.

Sob a responsabilidade do Del.Pol: GLEBERSON FERNANDES DA SILVA

Notificante/Vítima:

FÁBIO HERMANO DA SILVA FILHO, natural de Patos/PB, Solteiro, Estudante, nascido no dia 14/05/1996, filho de Fábio Hermão da Silva e Vilânia Maria Barbosa Franco da Silva, RG 4.073.139/PB e CPF 702.987.604-01, residente na R. São Paulo s/n, centro Diamante-PB.

HISTÓRICO DO FATO:

O (a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o seguinte:

Que no dia e horas acima citados, Retornava de Sítio Emas para a sua residência, conduzindo a moto HONDA/CG 160 ESDI, cor Vermelha, Ano 2015/2016, Placa QEW-7207/PB e chassi 9C2KC2200GR015029, em nome de João Manoel T. de A. Laurentino e em uma curva após o Pneu cair em um buraco, perdeu o controle da moto caindo no asfalto, sendo socorrido pelo Serviço de Assistência Móvel de Urgência (SAMU).

Itaporanga (PB), 20 / Outubro / 2017. Fábio Hermão da Silva Filho
Notificante/Vítima.

ESCRIVÃO:

Eduardo Rodrigues
ESCR. POLICIAL MAT.-60265-5
CHefe DE CARTÓRIO





Aditamento do Boletim de Ocorrência nº.659/2017.
Not.Vítima. FÁBIO HERMANO DA SILVA FILHO.

Certifico para os devidos fins, que no ato da lavratura do citado Boletim de Ocorrência, escrevi como data 'do acidente '10.Julho.2017', em vez de ter escrito '10.06.17 data exatamente do acidente. Dou fé.

Itaporanga/PB, 16 de Fevereiro de 2018.


Fco Silva Rodrigues
ESC. POLÍCIA / MAT.: 00265-5
CHEFE DE CARTÓRIO



SINISTRO 3180199603 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FABIO HERMANO DA SILVA FILHO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO FABIO HERMANO DA SILVA FILHO

CPF/CNPJ: 70298760401

Posição em 17-01-2019 10:24:24

Seu processo foi analisado por nossa equipe técnica e, como identificamos a existência de irregularidades, o seu pedido de indenização foi negado.





PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SAMU 192 - BASE DE DIAMANTE
FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA/ ATENDIMENTO USR: 16



IDENTIFICAÇÃO OCORRÊNCIA
Data: 10.06.17 Hora: 247 Nome: Fabio Hermano da S. Filho Idade: 20 Sexo: ☒ M ☐ F
Local: Base do Samu Centro Médico Responsável: Kay Kraneel

TEMPO RESPOSTA - HORARIOS - ANEXAR FICHA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO
TIPO DE AGRAVO (NATUREZA DA OCORRÊNCIA)
☒ TRAUMÁTICA ☐ CLÍNICO ☐ GINECO-OBSTETRICO
TRANSFERÊNCIA PROCEDENTE DO: ☐ OUTROS: ☐ CINEMÁTICA: *vitima de acidente*
EXAMES FÍSICO: ☐ PAUDEMIA ☐ CIANOTICO ☐ ICTERICO ☐ SUDOREICO ☐ PELE FRIA ☐ PELE ÚMIDA ☐ ISOCORICO ☐ ANISOCORICO ☐ EMOTICO
COR LOCAL: ☐ IMPUREZA ☐ TAQUISNEIA ☐ PNEUMOTOMESE ☐ HEMOPTISE
TIPO DE FERIMENTO E LOCAL: ☐ MEDICAMENTOS: ☐ PATOLOGIA(S): ☐ ULTIMA ALIMENTAÇÃO: ☐ VACINAS:
☐ TOSSE ☐ FEBRE ☒ FRATURA ☐ CONTUSÃO ☐ ENTORSE ☐ LUXAÇÃO ☐ FALTA DE MOVIMENTO ☐ FASE ☐ AFOGAMENTO ☐ ATROFIAMENTO ☐ QUEIMADURA ☐ ELETROCUSSÃO ☐ DESAMORTECIMENTO DO MEMBRAMENTO ☐ QUEDA DA PRÓPRIA ALTURA ☒ QUEDA MOTO/QUEDA AL TURA ☐ OUTROS

DESTINO: *MAP (Patos)* Responsável: *Dr. Fabio Hermano da S. Filho* Médico
DADOS VITAIS: ☐ LIVRE ☐ OBTURADA RESPIRAÇÃO: ☐ 30 rpm ☐ 90 rpm ☐ 96 rpm PERFUSÃO CAPILAR: ☐ TENDIDA ☐ NORMAL PAS: ☐ > 90mmHg
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM: *Condição com indicação de sutura*
DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM: *Condição com indicação de sutura*
INTERVENÇÕES: *Acetaminofeno IM, Soro Ringer IV*
EVOLUÇÃO DO ENFERMEIRO: *Condição com indicação de sutura no MJE*

IDENTIFICAÇÃO (NOME E ASSINATURA)
ENFERMEIRO: *Roberta P. Barros* COREN: *PB 470.398* TÉCNICO DE ENFERMAGEM: *627223* *Rosimere Santos*
COMPUTADOR: *Dpa Jumis*
RECUSA: ☐ ASSINATURA: ☐ TESTEMUNHA: ☐

RELAÇÃO DE PERTENCES:

IDENTIFICANTES PESSOAIS: ☐ RG ☐ CPF ☐ TÍTULO DE ELEITOR ☐ HABILITAÇÃO ☐ PASSAPORTE ☐ OUTRO: _____

PARA QUANTIDADE: _____ MARCA: _____ MARCA: _____

TIPO DE CREDITO: ☐ MASTERCARD ☐ VISA ☐ AMERICAN EXPRESS ☐ HIPOTECÁRIO OUTRO: _____

TIPO DE BANCO: ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 NOMES: _____

TIPO DE CHEQUE E NOME DO BANCO: _____

TIPO EM E SPECIE/VALOR: R\$ _____

TIPO (NOME): _____ / RELOGIO/MARCA: _____ ANEL: QUANTIDADE: _____

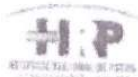
TIPO: QUANTIDADE: _____ / PULSEIRAS (QUANTIDADE): _____ OUTROS: _____

TIPO DO PROFISSIONAL QUE RECEBEU OS PERTENCES: _____ SETOR: _____

TIPO DA RECEBIDORA: _____

MEDICAMENTOS	QUANT.	MATERIAIS	QUANT.
SOLUÇÃO FISIOLÓGICA		FITA DE GLICEMIA CAPILAR	
SOLUÇÃO DE GLICOSE A 8%		ATADURA DE CREPON	
SOLUÇÃO DE CLOROFISIOLÓGICO		CAZE	
SOLUÇÃO DE RINGER LACTATO	4	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº	
GLICOSE 50%		LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P	
ÁGUA DESTILADA 10 mL		LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M	
ISONA 1g		LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO G	
OPOLAMINA COMPOSTA (BUSCOPAN COMP)		JELCO Nº 14	
OPOLAMINA (HIOSCINA)		JELCO Nº 16	
OFENACO SÓDICO (VOLTAREN)		JELCO Nº 18	
OFENACO DE POTÁSSIO (CATAPLAN)	1	JELCO Nº 20	
OFENISA (LASIX)		JELCO Nº 22	
TOPRIL 25 mg		JELCO Nº 24	4
100 mg		SCALP Nº 23	
10L 5mg		SCALP Nº 25	
OCLOPRAMIDA		SERINGA (1ml, 3ml, 5ml, 10ml ou 20ml)	1
ROCORTISONA 100 mg		EQUIPO MACROGOTAS	1
ROCORTISONA 500 mg		EQUIPO MICROGOTAS	
NEOCICLO GOTAS		ESPARADRAEC	
QUETROL GOTAS		MASCARA DESCARTAVEL	
RENALINA		CATETER TIPO OCULOS	
LOPINA		LUVA ESTERIL Nº 7,5	
ISUTALINA		LUVA ESTERIL Nº 8,0	
TIROS		OUTROS	





HOSPITAL REGIONAL DE JANDUHY CARNEIRO
RUA HORACIO NOBREGA, S/N
PATOS PARAIBA (83)3423-2741

Prontuario: 95781

Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Data/Hora 10/6/2017 20:07:01

Servidor do Dr.:

Paciente FABIO HERMANO DA SILVA FILHO

Idade 21 Sexo M

Filiação

Pai: FABIO HERMANO DA SILVA

Mãe: VILANIA MARIA BARBOSA FRANCO DA SILVA

Endereço

Cidade DIAMANTE - PB - 58994-000 - 2505600

Endereço: SAO PAULO

Bairro: CENTRO

N: 94

Naturalidade: DIAMANTE - PB

Fone: (83)98831-5723

Documentos

CNS: 706-4041-3773-4984

Identidade: 4073139 SSP PB

CPF:

Reg. Nasc.:

Informações adicionais

Nascimento 14/5/1996

Cor: PARDA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Profissão: ESTUDANTE

Responsável: Fabio Hermano da Silva

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

THOM TORÇÃO COSTA
em FARMACIA REGIM MILITAR
MILITAR

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

FARMACIA REGIM MILITAR
MILITAR

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

Dr. Fabio de Moura Spá
Otorrinolaringologista
CRM-PB 119.119

Diagnóstico: FRATURA EXPONTO MARGEM MILITAR TORÇÃO

Motivo da Alta: 657800

Resultado: () Saiu Curado () Melhorado () Falecido () Transferido Em: / /

Recepcionista: NEIDE MARINHO





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome:	FABIO HERMILDO DA SILVA FILHO		Nº prontuário
Data da Cirurgia	10/06/2019	Enf.	Leito
Cirurgião	Dr. Fábio Spá	1º Auxiliar	Dr. João Sampaio
Anestesista	Dr. Menezes	Tipo de Anestesia	MONITORADO
Diagnóstico Pré-Operatório	FRATURA EXPÔSITA TORÇÃO DO GOMERO		
Tipo de Cirurgia	LMC + OSTEOSINTESE MÓDULO MÓDULO		
Diagnóstico Pós Operatório	IDEM		
Relatório Imediato do Patologista	NÃO		
Exame Radiológico no Ato	SIM		
Acidente Durante a Cirurgia	NÃO		

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspectos Visceras
1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL MESA ORTODONTICA
2. ASSÉPSIA E ANTIBIÓTIKA
3. COLOCAÇÃO DA MÃO CIRÚRGICA
4. DESBLOQUEIO TOCADO DE VISUALIZAÇÃO, CIMPORA MECÂNICA
CIRURGIA O JOELHO DE FLEXÃO COM SF 90°
5. REALIZAÇÃO CEMENTO E FIXAÇÃO MÓDULO MÓDULO COM DOIS PARAFUSOS GROSSOS 3,5 mm
6. SUTURA
7. CURATIVO

Dr. Fábio de Aguiar Spá
Ortopedia e Traumatologia
CRM 10.254



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE Fabio Hernando da Silva Filho					GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE  HOSPITAL REGIONAL DEPT JANDUHY CARNEIRO
UF União	LEITO -	CONVÊNIO SUS	IDADE 21 anos	REGISTRO 95-781	
CIRURGIÃO Flavio José Esp. Torçozelo		CIRURGIÃO Dr. Fábio Spá			
ANESTESIA Raque		ANESTESISTA Dr. Flávia			
INSTRUMENTADORA -	DATA 10.06.17	INÍCIO 20:40h	FIM		

Circ.: F. Bonas

MATERIAL

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
	TX. de Instrumentador	1	Equipo p/ soro e sangue
	TX. Capnógrafo		Scaip
	TX. Bomba de Infusão	1	Luvas Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue	1	Lâmina de Bisturi
x	TX. Monitor Córdio-Respirador		Sonda de Foley
1	TX. de Laser 90,91,500-p		Coletor de Urina
x	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
x	TX. Sala	1	Seringa 5 ml
	TX. Bisturi Elétrico	1	Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico	1	Seringa 20 ml
x	TX. Oxímetro de Pulso	1	Eletrodos desc.
1	Neocain		Atadura de Crepom 10cm
	Halotano	1	Atadura de Crepom 20cm 15cm
	Thionembatal		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
1	Pavulon Escava depermente		Sonda Nesogástrica
	Dorminid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Dreno Penrose
	Xilastesin a 5%		Dreno Sucção
1	Inoval Cateter nasal p/ O2		Dreno de Tórax
	Xilocaína a 2%	x	Esparradrapo
	Etodimidade		Xilocaína Gel
	Ketalar	x	Alcool 70%
	Pubicovaina 0,5%	x	PVPI Tintura
1	Dimorf 0,2mg 1-l	x	Gases
	Lanexat 0,5ml	x	Algodão Hidrófilo
	Nar 2	x	Algodão Ortopédico
	Forane		Cidex
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepam	1	Agulha descartável
1	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmine		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
1	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
1	Cefalotina 400 mg		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
	Dixtal		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Plasil		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Dipirona		Cat-gut simples 0 c/ agulha
	Esparin 5000 VI		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Tilatil		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
1	Agulha de Raque Descartável		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
1	Abbotate 20 e 22		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha	1	Prolene 2-0 c/ agulha Unip 1 eq.
		1	Mononylon 3-0 eq.





GOVERNO DO MARANHÃO

HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDUHY CARNEIRO

SECRETARIA DE SAÚDE

FOLHA DE ANESTESIA		Hospital	Enfermaria	Leito	Nº Prontuário
Nome		Idade		Sexo	Cor
Data		Respiração		Temperatura	Peso
Tipo Sanguíneo		Hemoglobina		Glicemia	Altura
Urina		Hematócrito		Ureia	Outros
Ap. Respiratório		Ap. Circulatório		Eletrocardiograma	
Ap. Digestivo		Ap. Urinário		Hipotensão	
Estado Mental		Estado Físico		Risco	
Diagnóstico Pré-Operatório		Medicação Pré-Anestésica		Aplicada às	
Anestesia Anterior		Efeito			

Agentes Anestésicos	Líquido	INDUÇÃO
02		Sed. Excit. Toss.
		Colúgo Espasmo Lenta
		Náuseas Vômitos
		Cutros
		MANUTENÇÃO
		Anestesia Sedat. Sim. Não
		Não, porque?
		DESPERTAR
		Reflexos na SO
		Obstr. CO2 Excit.
		Náuseas Vômitos
		Cutros
		Com câmbio
		para o leito sim não
		CONDIÇÕES
		Canal
Agentes	Técnica	
Operação	Cirurgião	
Anestésico	Observações	

Assinado eletronicamente por: HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO - 13/05/2019 15:34:23



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Sr. (a) _____

ATESTADO MÉDICO

- ATESTO, PARA OS DEVIDOS FINS,
QUE O PACIENTE FABIO HERMANO
DA SILVA FILHO, RG: 4.073.139
SOFREU ACIDENTE NO DIA 10/06/17
COM FRATURA EXPOSTA EM MÊMBRO
INFERIOR ESQUERDO.

CID = V28.4

13.07.17

DATA



SUS

SISTEMA ÚNICO
DE SAÚDE

MS / SMS / DIAMANTE - PB

Imtj

MÉDICO - CRM



**PROGRAMA
DE SAÚDE**

DA FAMÍLIA / PSF





Dr. Philippe Figueiredo
CRM – 10513 PB
Clínica Geral

RELATÓRIO MÉDICO

O paciente Fábio Flemons de Silva Filho, foi vítima de acidente motorístico dia 10 de julho de 2017, Apoiado no dia do ocorrido sofreu lesão em tornozelo esquerdo. Foram realizados curativos com colocação de placas e pontos. Refere dor em movimento do membro, flexão e extensão e limitação para movimentos do referido membro. Alta dia 18 de julho de 2018.

Itaporanga, 18/07/18.

Dr. Philippe Figueiredo
CRM 10513 - PB

Philippe W. S. de Figueiredo
MÉDICO
CRM PB 10513







TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0800743-68.2019.8.15.0211

AUTOR: FABIO HERMANO DA SILVA FILHO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos, etc.

À luz do CPC/2015, a gratuidade de justiça poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º). É possível, ainda, o parcelamento de despesas processuais (art. 98, § 6º).

Trata-se, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, de presunção relativa, que exige, mesmo por isso, e, sobretudo, diante das possibilidades fixadas pela atual legislação processual, ônus às partes de pagar de acordo com suas reais possibilidades. O objetivo da inovação foi o afastamento da vetusta regra do “tudo ou nada” e da consequente possibilidade de caracterização do abuso de direito, em respeito à paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos, faculdades, ônus, deveres e sanções processuais que prescreve o art. 7º do NCPD.

Conforme a portaria conjunta entre o TJ/PB e a Corregedoria Geral, de nº 02/2018, o magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, diante da efetiva comprovação da hipossuficiência financeira do beneficiário em arcar com o pagamento integral, mediante parcela única.

Não obstante, a concessão de tal benefício neste momento do processo não impede, posteriormente, a sua revogação, quando comprovada mudança favorável na situação financeira do beneficiário,

No caso em apreço, não vislumbro a comprovação dos pressupostos legais para a concessão do benefício da gratuidade. Contudo, antes de indeferir o pedido, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.

Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, **INTIME-SE a parte requerente para, em 15 (quinze) dias:**

1. Juntar simulação das custas por meio de consulta no site eletrônico do TJPB, conforme determinado no § 3º da Portaria Conjunta TJPB/CGJ/PB nº 02/2018.
2. Comprovar, por outros meios (tais como: **cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal**), o preenchimento dos pressupostos legais da gratuidade de justiça, ou; ,
3. Solicitar, se for o caso, a sua concessão na forma dos §§ 5º e 6º do mencionado art. 98.

Providências necessárias.



Itaporanga/PB, 3 de junho de 2019.

HYANARA TORRES TAVARES DE SOUZA

Juíza de Direito







TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0800743-68.2019.8.15.0211

AUTOR: FABIO HERMANO DA SILVA FILHO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos, etc.

À luz do CPC/2015, a gratuidade de justiça poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º). É possível, ainda, o parcelamento de despesas processuais (art. 98, § 6º).

Trata-se, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, de presunção relativa, que exige, mesmo por isso, e, sobretudo, diante das possibilidades fixadas pela atual legislação processual, ônus às partes de pagar de acordo com suas reais possibilidades. O objetivo da inovação foi o afastamento da vetusta regra do “tudo ou nada” e da consequente possibilidade de caracterização do abuso de direito, em respeito à paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos, faculdades, ônus, deveres e sanções processuais que prescreve o art. 7º do NCPD.

Conforme a portaria conjunta entre o TJ/PB e a Corregedoria Geral, de nº 02/2018, o magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, diante da efetiva comprovação da hipossuficiência financeira do beneficiário em arcar com o pagamento integral, mediante parcela única.

Não obstante, a concessão de tal benefício neste momento do processo não impede, posteriormente, a sua revogação, quando comprovada mudança favorável na situação financeira do beneficiário,

No caso em apreço, não vislumbro a comprovação dos pressupostos legais para a concessão do benefício da gratuidade. Contudo, antes de indeferir o pedido, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.

Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, **INTIME-SE a parte requerente para, em 15 (quinze) dias:**

1. Juntar simulação das custas por meio de consulta no site eletrônico do TJPB, conforme determinado no § 3º da Portaria Conjunta TJPB/CGJ/PB nº 02/2018.
2. Comprovar, por outros meios (tais como: **cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal**), o preenchimento dos pressupostos legais da gratuidade de justiça, ou; ,
3. Solicitar, se for o caso, a sua concessão na forma dos §§ 5º e 6º do mencionado art. 98.

Providências necessárias.



Itaporanga/PB, 3 de junho de 2019.

HYANARA TORRES TAVARES DE SOUZA

Juíza de Direito



PETIÇÃO E SIMULAÇÃO DE CUSTAS EM ANEXO.





AO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

PROCESSO Nº 0800743-68.2019.8.15.0211

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

FÁBIO HERMANO DA SILVA FILHO, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador *infra-assinado*, vem, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor, para, ao final, REQUERER:

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT movida pela parte Autora em face da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, objetivando complementação do seguro obrigatório pago a menor.

Diante disso, Vossa Excelência determinou que a parte Autora apresentasse documentos capazes de comprovar a hipossuficiência, bem como anexar a simulação do valor das custas e despesas processuais (guia de custas prévias), sob pena de indeferimento da Justiça Gratuita.

NESSE CONTEXTO, DOUTO JULGADOR, NÃO SE PODE PERDER DE VISTA QUE O PROCESSO NÃO É UM FIM EM SI MESMO, MAS, ANTES, UM INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DE INTERESSE ENTRE AS PARTES.

No caso, data máxima vênia, em que pese Vossa Excelência entender que é necessário uma análise rigorosa do pedido de Justiça Gratuita, é entendimento pacífico dos Tribunais, que, para tanto, basta a simples Declaração da parte para sua concessão, há a presunção da insuficiência financeira alegada.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Nesse sentido, como se não bastasse a Declaração de Hipossuficiência, não há nos autos elementos que evidenciem a boa condição parte Autora, ao contrário, o autor tem como profissão declarada como estudante.

Ademais, quanto a simulação do valor das custas e despesas é patente que a parte autora não possui condições financeiras de arcar com este ônus sem o prejuízo de seu sustento e de sua família, notadamente porque este valor corresponde a R\$ 647,90 (seiscentos e quarenta e sete reais e noventa centavos), conforme segue em anexo a simulação do valor das custas.

Ademais, Culto Julgador, data máxima vênica, como já mencionado, a orientação do **Egrégio Tribunal Justiça da Paraíba** firmou-se em admitir o benefício, constitucionalmente, assegurado (art. 5º, LXXIV, CF/88) àquele que, postulando-o, emitir a **SIMPLES DECLARAÇÃO**.

É de sabença que a assistência judiciária é concedida mediante a simples afirmação de pobreza que se concretiza mediante declaração do interessado, no sentido de que não tem meios suficientes para arcar com o custo do processo, sem prejuízo para o sustento próprio e o de sua família, conforme consta dos autos.

Neste norte, é a jurisprudência dos **Tribunais Pátrios**, inclusive desse **Egrégio Tribunal**, pelo que peço vênica para transcrever os seguintes arestos:

STJ:

PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DEFERIMENTO. CAPACIDADE ECONÔMICA DA PARTE BENEFICIÁRIA. REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ. 1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2). 2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a presunção de hipossuficiência declarada pelo beneficiário ou postulante à assistência judiciária gratuita é relativa, podendo ser ilidida pela parte adversa ou, ainda, exigida a sua comprovação pelo magistrado, sob pena de indeferimento ou revogação. 3. (...). Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 897.665/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIAS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 17/05/2018)





TJPB:

EMENTA- AGRADO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. INDEFERIMENTO EM PRIMEIRO GRAU. IRRESIGNAÇÃO. SUFICIÊNCIA DA SIMPLES DECLARAÇÃO FIRMADA PELA PARTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 98, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NECESSIDADE DE ELEMENTOS DE PROVA QUE EVIDENCIEM A CAPACIDADE FINANCEIRA DO POSTULANTE DE SUPORTAR AS DESPESAS PROCESSUAIS PARA ELISÃO DA PRESUNÇÃO. NÃO VERIFICAÇÃO. REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA. PROVIMENTO DO RECURSO. (Processo: 0800404-37.2018.8.15.0311/ nº Agravo de Instrumento : nº 0806233-59.2018.8.15.0000) (Grifamos) Sessões da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em 19 de fevereiro de 2019 .

TJPB:

PROCESSUAL CIVIL. Agravo de Instrumento. Gratuidade Judiciária. Pessoa Natural. Presunção juris tantum. Ausência de insurgência da parte contrária. Inexistência de exigência judicial no sentido de comprovação da hipossuficiência afirmada. Provimento do recurso.
Nos termos do art. 98, caput, c/c art. 99, §3º, do CPC, a declaração de insuficiência de recursos para arcar com as custas processuais, quando firmada por pessoa natural, goza de presunção juris tantum de veracidade, a qual, para ser elidida, reclama prova robusta em sentido contrário.
Para que seja indeferido o pedido de justiça gratuita, é necessário que o juiz tenha fundadas razões para negar a parte o benefício da gratuidade. Assim, não existindo nos autos prova de que o agravante dispõe de condições para arcar com as custas processuais, impõe-se a reforma da decisão. AGRADO DE INSTRUMENTO (**Processo nº 0806929-32.2017.8.15.0000**). RELATOR: **Tércio Chaves de Moura**. João Pessoa, 17 de julho de 2018.

TJPE:

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PEDIDO DE CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO PELO JUÍZO DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PROVAS CAPAZES DE DERRUIR A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA APRESENTADA PELA PARTE AGRAVANTE. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS AUTORIZADORES DO BENEFÍCIO. RECURSO PROVIDO.

1. Conforme o art. 98 do Novo CPC, faz jus ao referido benefício "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios."

1. Consigna o diploma processual, em seu art. 99, §3º, que milita presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos em favor da pessoa natural.

3. Não deve se exigir do requerente estado de miserabilidade fático como pressuposto para a concessão do benefício. Basta que o pagamento das despesas processuais dificulte o atendimento das necessidades básicas asseguradas constitucionalmente. Em regra, presume-se a impossibilidade de pagar as custas, quando a parte apresenta declaração de pobreza.

4. Conforme asseverou a referida decisão agravada, o magistrado indeferiu o benefício sob a justificativa de que o recorrente tem rendimentos líquidos que não se enquadram na condição de necessitado.

5. Dessa forma, não existem elementos aptos a desconstituir a declaração de pobreza do agravante, já que o mesmo em suas razões recursais alega que é profissional autônomo (mecânico), que possui renda insuficiente, e que deve ser beneficiado pela gratuidade de justiça, pelo fato de não possuir recursos para arcar com as despesas processuais sem prejuízo dos próprios sustentos.

6. Recurso provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0006797-17.2017.Consórcios do Seguro DPVAT S.A, acordam os desembargadores integrantes da 2ª Câmara Extraordinária. DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do **Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno**. Recife, 27 de fevereiro de 2018.

TJPE:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DEMOLITÓRIA. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. CONDIÇÕES PARA A FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS RELACIONADOS À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PEDIDO EXPRESSO DE JUSTIÇA GRATUITA QUE, NESTE CASO CONCRETO, É DE SER DEFERIDO. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





1. Trata-se de hipótese em que o Juízo singular deixou de receber o recurso de apelação ali aforado pelo ora agravante por falta de preparo. Nesse contexto, a controvérsia em apreço cinge-se à verificação das condições para o deferimento do pedido de justiça gratuita.

2. A jurisprudência nacional tem perfilhado o entendimento de que "Para a concessão do pedido de Justiça Gratuita, suficiente a afirmação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, mantendo-se a regra do Art. 4º, da Lei nº1.060/50. (...). A assistência judiciária é instituto de alcance social, a garantir o acesso à justiça a todos os cidadãos" (TJPE-Agravo de Instrumento nº 0143145-0, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Jones Figueirêdo Alves, j. em 08/01/2007).

3. A insuficiência econômica da parte pretendente à assistência judiciária é de ser aferida ante as circunstâncias concretas em que se encontra a pessoa (natural ou jurídica) no momento em que formulado o correspondente pedido.

4. Por essa razão revela-se desinfluyente questionar-se, em tese, se o requerente (i) encontra-se, ou não, representado em Juízo por advogado particular (notadamente quando o causídico almeja apenas os eventuais honorários de sucumbência ou a percepção dos chamados honorários contratuais quota litis), (ii) tem, ou não, profissão definida ou (iii) possui, ou não, casa própria.

5. Agravo provido para, confirmando a antecipação da tutela recursal deferida pelo Relator, desobrigar a parte recorrente de promover o preparo em lume e determinar ao Juízo de origem que receba o apelo em foco, conferindo-lhe regular processamento (desde atendidos, por óbvio, os demais pressupostos de admissibilidade)." (TJ-PE - Agravo de Instrumento : AI 70388920118170370 PE 0007308-25.2012.8.17.0000, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 2ª Câmara de Direito Público, Julgamento: 02/08/2012) (Grifamos)





RESSALTE-SE AINDA, QUE NÃO IMPORTA SE O REQUERENTE POSSUI PATRIMÔNIO, RENDIMENTOS, SE CONSTITUIU ADVOGADO PARTICULAR OU ESTÁ NA ABSOLUTA MISÉRIA, PARA QUE SEJA BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. MISTER SE FAZ QUE, NO MOMENTO, NÃO POSSUA CONDIÇÕES DE ARCAR COM AS CUSTAS E OS HONORÁRIOS, SEM PREJUÍZO PRÓPRIO OU DE SUA FAMÍLIA, CONFORME FAZ PROVA OS DOCUMENTOS ANEXOS AOS AUTOS E ACIMA SUPRACITADOS.

Com efeito, preleciona **Yussef Said Cahali** (1997, p. 155) que:

"O beneficiário da gratuidade não consiste na isenção absoluta de custas e honorários, mas na desobrigação de pagá-los enquanto persistir o estado de carência, durante o qual ficará suspensa a exigibilidade do crédito até a fluência do prazo de cinco anos, a contar da sentença final."

No mesmo sentido, é pacífica a jurisprudência do **Egrégio Superior Tribunal de Justiça – STJ** a respeito do tema, como podemos conferir a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. SIMPLES ALEGAÇÃO. PRESUNÇÃO RELATIVA. ÔNUS DA PROVA. PARTE CONTRÁRIA. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL A QUO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE NA SÚMULA N. 7/STJ. (...). 2. Em se tratando de concessão da assistência judiciária gratuita, a jurisprudência do STJ determina que basta a simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo próprio e/ou de sua família, cabendo à parte contrária, por se tratar de presunção relativa, comprovar a inexistência ou cessação do alegado estado de pobreza. (...) 4. Agravo regimental não provido." (STJ, AgRg no Ag 1345625/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 08/02/2011) (Grifamos)

"PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE POBREZA. DESNECESSIDADE DO REQUERENTE COMPROVAR SUA SITUAÇÃO. 1. É desnecessária a comprovação do estado de pobreza pelo requerente, a fim de lograr a concessão da assistência judiciária, sendo suficiente a sua afirmação de que não está em condições para arcar com as custas processuais, presumindo-se a condição de





pobreza, até prova em contrário. 2. Agravo regimental desprovido." (STJ, AgRg no Ag 908.647/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 18.10.2007, DJ 12.11.2007 p. 283) (Grifamos)

Assim, para a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, consoante arestos acima transcritos, é necessário, apenas, simples declaração de hipossuficiência que se concretiza mediante declaração do interessado, no sentido de que não tem meios suficientes para arcar com o custo do processo, sem prejuízo para o sustento próprio e o de sua família, como no caso dos autos, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal c/c a Art. 98 do CPC e da pacífica jurisprudência desse **Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, ressaltando ainda, que a concessão de tal benefício poderá ser revisto ao final do processo.**

Diante do exposto, considerando que os benefícios da Justiça Gratuita, poderão ser revistos ao final do processo, além de que a inicial preenche todos os requisitos legais, em observância ao acesso a Justiça, REQUER a Vossa Excelência a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita a parte Autora, para, dando prosseguimento ao feito, determinar a CITAÇÃO do Réu, para contestar a presente ação, caso queira.

NESTES TERMOS,

PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.



Itaporanga/PB, 07 de Agosto de 2019.


HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO



OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 021.3.19.00602/01
			Data de emissão: 07/08/2019
Nº do Processo:	Comarca: Itaporanga	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/08/2019
Número da guia: 021.2019.600602 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,48
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 504,80 Promovente: FÁBIO HERMANO DA SILVA FILHO - Taxa Judiciária: R\$ 141,75 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 647,90
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000064 479009283181 520190831021 131900602015 			Valor final: R\$ 647,90

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 021.3.19.00602/01
			Data de emissão: 07/08/2019
Nº do Processo:	Comarca: Itaporanga	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/08/2019
Número da guia: 021.2019.600602 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,48
Promovente: FÁBIO HERMANO DA SILVA FILHO Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 647,90
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 647,90

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 021.3.19.00602/01
			Data de emissão: 07/08/2019
Nº do Processo:	Comarca: Itaporanga	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/08/2019
Número da guia: 021.2019.600602 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,48
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 504,80 Promovente: FÁBIO HERMANO DA SILVA FILHO - Taxa Judiciária: R\$ 141,75 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 647,90
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000064 479009283181 520190831021 131900602015 			Valor final: R\$ 647,90





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 021.2019.600602

Data Vencimento: 31/08/2019

Data Emissão: 07/08/2019

Comarca: Itaporanga

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: FÁBIO HERMANO DA SILVA FILHO

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Valor da Causa: R\$ 9.450,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 504,80

Taxa: R\$ 141,75

Total da Guia: R\$ 646,55

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE ITAPORANGA**

Juízo do(a) 3ª Vara Mista de Itaporanga

Manoel Moreira Dantas, S/N, 104, João Silvino da Fonseca, ITAPORANGA - PB - CEP: 58780-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

DESPACHO

Nº do Processo: 0800743-68.2019.8.15.0211

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: FABIO HERMANO DA SILVA FILHO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos etc.

1. Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

2. Observo que a matéria discutida nos presentes autos admite a autocomposição, contudo, como exposto pela parte autora verifica-se que a análise do caso demanda prova pericial, bem como que a parte acionada não vem efetuando acordos em prévia audiência de conciliação. Dessa forma, afigura-se desnecessária e mesmo desaconselhável, por tratar-se de ato ineficiente (art. 37, caput, CF) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVII, CF), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo às partes.

3. Cite-se a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar no mandado ou carta os requisitos do art. 250, NCPC e a ressalva de que “se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor” (art. 344, do NCPC).

4. Com aporte da contestação, havendo questões preliminares/prejudiciais (art. 350 e art. 351 do NCPC), intime-se o acionante para apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

5. Após, autos conclusos para análise do feito.

Cumpra-se.

ITAPORANGA-PB, em 1 de novembro de 2019

HYANARA TORRES TAVARES DE SOUZA

Juiz(a) de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE ITAPORANGA

Juízo do(a) 3ª Vara Mista de Itaporanga

Manoel Moreira Dantas, S/N, 104, João Silvino da Fonseca, ITAPORANGA - PB - CEP: 58780-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

DESPACHO

Nº do Processo: 0800743-68.2019.8.15.0211

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: FABIO HERMANO DA SILVA FILHO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos etc.

1. Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

2. Observo que a matéria discutida nos presentes autos admite a autocomposição, contudo, como exposto pela parte autora verifica-se que a análise do caso demanda prova pericial, bem como que a parte acionada não vem efetuando acordos em prévia audiência de conciliação. Dessa forma, afigura-se desnecessária e mesmo desaconselhável, por tratar-se de ato ineficiente (art. 37, caput, CF) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVII, CF), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo às partes.

3. Cite-se a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar no mandado ou carta os requisitos do art. 250, NCPC e a ressalva de que “se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor” (art. 344, do NCPC).

4. Com aporte da contestação, havendo questões preliminares/prejudiciais (art. 350 e art. 351 do NCPC), intime-se o acionante para apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

5. Após, autos conclusos para análise do feito.

Cumpra-se.

ITAPORANGA-PB, em 1 de novembro de 2019

HYANARA TORRES TAVARES DE SOUZA

Juiz(a) de Direito

